

# O Enigma K: o kirchnerismo e a insurreição como restauração

*K Enigma: the kirchnerism and insurrection as restoration*

Carlos Eduardo Rebuá Oliveira\*

## Resumo

No bojo das reconfigurações hegemônicas ocorridas na América Latina nos últimos quinze anos, surgiu na Argentina – sob o duplo batismo do peronismo e dos episódios da Crise de 2001 – o kirchnerismo, fenômeno político capaz de hibridizar novos sentidos com velhas práticas, promovendo restaurações sob signos insurreccionais e insurreições limitadas pela restauração da ordem como imperativo colocado para seus artífices quando do início da década passada.

Dialogando com autores argentinos e brasileiros e lastreados pelo horizonte do materialismo histórico-dialético empreendemos no presente artigo um esforço tanto de radiografia quanto de diagnóstico do K, centrados no mandato de Néstor Kirchner [2003-2007], mas também abordando os governos de Cristina Kirchner, tentando elaborar uma mirada ampla sobre a quarta experiência peronista na/da Argentina, derrotada nas urnas recentemente pelo primeiro presidente assumidamente conservador e oriundo do mercado a ser eleito no país.

**Palavras-Chave:** kirchnerismo; neoliberalismo; revolução passiva

## Abstract

*Within the context of hegemonic rearrangements happening in Latin America during the last fifteen years, it started in Argentina – under the double baptism of “peronism” and episodes of 2001 Crisis – the “kirchnerism”, a political phenomenon that mixed new senses with old practices, promoting restorations under insurrections and insurrectional ideas, limited by the return of order as an imperative condition stated by their makers in the beginning of last decade.*

*Discussing with Argentine and Brazilian authors based on historic-dialectic materialism horizon, in this article, we have the purpose in radiographing as well as diagnosing K, focusing Nestor Kirchner’s [2003-2007] mandate, trying to have an ample vision on the fourth “peronist” experience in/on Argentina, recently defeated in the polls by the first presumably conservative president, originated from the market, to be elected in the country.*

**Keywords:** kirchnerism; neoliberalism; passive revolution

---

\* Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro [UERJ] - História. Professor Adjunto da Pós-Graduação Stricto Sensu [mestrado/doutorado] em Educação da Universidade Católica de Petrópolis [UCP]. E-mail: rebua7@gmail.com

*Sólo el que ha muerto es nuestro,  
sólo es nuestro lo que perdimos.*

[Jorge Luis Borges, “*Posesión del ayer*”, *Los conjurados*]

### **O quarto peronismo: um líder sem partido num reino sem monarca**

No século XXI, talvez a América Latina seja o principal lugar do mundo onde é possível pensar a política com mais frescor, ou seja, onde a dimensão política das dinâmicas sociais apresenta as experiências mais inovadoras, imprevisíveis, radicais (sobretudo em relação aos movimentos sociais) e o que mais nos interessa: as experiências que conseguem articular manutenção da ordem capitalista e mudança social, promovendo ações (e sentidos) regressivas (os) e progressivas (os), ao mesmo tempo. É possível que deste cenário latino-americano a Argentina desponte como o caso mais emblemático em termos de contemplação dos aspectos que elencamos acima: nenhum outro país do continente, neste início de século e milênio, vivenciou de forma tão dramática os efeitos do laboratório neoliberal. Ao mesmo tempo, nenhuma outra nação (Bolívia, Venezuela e Equador, com processos muito mais populares, não viveram a “quebra” na mesma amplitude que ocorreu na Argentina) foi capaz de promover a quantidade de saídas auto-organizadas à esquerda (principalmente no âmbito da sociedade civil, de baixo para cima) em meio ao jantar dos *fondos buitres*<sup>1</sup> (ou fundos especulativos) em voga hoje naquele país; nenhum outro país da região teve cinco presidentes e dois ministros da Economia em cerca de dez dias; não houve outra sociedade do “próspero” Cone Sul que tenha ido do céu ao inferno com tanta voracidade e rapidez.

O kirchnerismo tem pelo menos duas claras certidões de nascimento: o peronismo e seu policlassismo, aliado à sua incorrigível capacidade felina de descobrir novas vidas (Galasso, 2011a, p. 137), e os eventos da Crise de 2001 com a consequente debilidade política instaurada com a *débâcle* da nação. Tal fenômeno emergiu no início dos anos 2000 como uma intrigante “novidade” no cenário político argentino e latino-americano. Se dentro do peronismo, um reino sem monarca (Arzadun, 2004) desde a morte de Perón em 1974, o kirchnerismo representou uma quarta experiência<sup>2</sup> (para muitos em tom de epílogo), em termos de exercício do poder executivo consolidou-se como o governo de um líder sem partido (Sidicaro, 2010, p. 256), que logrou altos índices de aprovação social até

<sup>1</sup> Abutres, aves de rapina.

<sup>2</sup> Após os dois “Peróns” (1946-1955; 1973-74) e Menem (1989-1999). Obviamente, os diversos peronismos não são idênticos, fatias de um mesmo todo, mas expressões históricas que mantêm entre si vínculos tanto de similaridade quanto de dessemelhanças.

2007, após romper traços de continuísmo com o *duhaldismo* e em virtude de todo o dissenso dentro do *Partido Justicialista* (PJ).

A gravidade da crise política fica eloquentemente demonstrada quando se lembra que na Argentina dos dois primeiros meses de 2002 os políticos e dirigentes estatais praticamente não podiam aparecer em público, e quando o faziam estavam protegidos por eficientes dispositivos de segurança, ou se disfarçavam para evitar serem reconhecidos e agredidos, física ou verbalmente, nas ruas. Foi uma crise que devorou quatro presidentes em pouco mais de uma semana e que, como era previsível, deixou profundas sequelas na vida pública. Uma delas: a radical deslegitimação da classe política tradicional, cujos efeitos continuam produzindo efeitos nos dias de hoje (Borón, 2006-2007, p. 14).

Antes de Néstor chegar à Casa Rosada, houve o turbulento governo do peronista Eduardo Duhalde (2002-2003), um milionário envolvido com cartéis de droga, ex-vice de Menem e ex-governador da província de Buenos Aires por duas vezes, que tentou administrar o caos econômico, político e social do pós-Crise de 2001 com o receituário da violência<sup>3</sup>. Tais ações provocaram massivas manifestações e o fizeram adiantar o processo de sucessão presidencial para março de 2003, antecipando em cinco meses a data prevista. Em meio aos embates internos do/no peronismo e da conjuntura extremamente dinâmica e imprevisível, o Conselho Superior do Partido Justicialista da Capital Federal, sob forte influência de Duhalde (que buscava um sucessor de confiança, passível de ser satelizado e capaz de derrotar seu arqui-inimigo de La Rioja, Menem), pronuncia-se pela candidatura de Néstor Kirchner, governador por três mandatos da província austral de Santa Cruz, com altos índices de aprovação e interessado na disputa presidencial desde meados de 1998: as dinâmicas políticas e sociais acelerariam as coisas para Kirchner.

Um peronista da “periferia” derrotaria não apenas figuras como R. López Murphy, Elisa Carrió e Rodríguez Saá, mas principalmente Carlos Menem, que obteve 24,36% de votos no primeiro turno contra 22% de Kirchner, líder da *Frente para la Victoria* (FpV), coalizão fundada em 2003 que congregava partidos e dissidentes de distintos espectros políticos, desde o PCCE (*Partido Comunista Congreso Extraordinario*) até a UCR (*Unión Cívica Radical*) com os chamados *Radicales K*. Como as pesquisas para o segundo turno indicavam quase 60% das

<sup>3</sup> O chamado Massacre de Avellaneda de 26 de junho de 2002 foi o grande ápice deste agravamento da crise política pós-2001. Uma manifestação nesta cidade acabou com o fuzilamento de dois jovens militantes do Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD) Aníbal Verón: Maximiliano Kosteki e Darío Santillán.

intencões de voto em Néstor, Menem desistiu de sua candidatura e o “penetra *pero no mucho*” de Río Gallegos assumiu a presidência argentina em 25 de maio de 2003<sup>4</sup>. As circunstâncias de 2001 e o antimenemismo de amplos setores da sociedade argentina fizeram com que um presidente inesperado chegasse à Casa Rosada com apenas 22% dos votos: mais uma novidade vinda de nossos vizinhos argentinos, que na figura de Kirchner viram um presidente brincalhão, pela primeira vez na história, brincar como uma criança com o bastão presidencial (*bastón de mando*)<sup>5</sup> quando da posse, num gesto que “desglorificou” o poder (Moyano, 2012, p. 188). Sem dúvida, tivesse chegado ao segundo turno das eleições majoritárias, Kirchner teria alcançado a maior proporção de votos da história do país, o que o fortaleceria de forma vigorosa.

De acordo com Borón (2006-2007, p. 16), o perfil “*progre*” (progressista) de Néstor – mais por conta de sua militância juvenil no peronismo de esquerda e menos por sua atuação no governo provincial – somado ao compromisso que assumiu da manutenção de Roberto Lavagna (ministro da economia de Duhalde que obtivera importantes êxitos), bem como o reconhecimento da “opinião pública” em sua posterior gestão no caos de 2001, serviram para tornar mais robusta a campanha do santa-cruzense. Para o marxista argentino, outros dois elementos também contribuíram para a construção do rótulo de “*progre*”: o apoio da estrutura do peronismo da Capital, que bem ao *modus operandi* do General, abdicou de suas antipatias e apoiou Néstor; e a oportuna (ou oportunista) radicalização do discurso de Kirchner (com uma retórica profundamente oposta ao neoliberalismo, ainda que tivesse desempenhado papel importante na sustentação do projeto neoliberal menemista<sup>6</sup> quando governador de Santa Cruz), influenciada sobremaneira pela atmosfera político-social pós-queda da conversibilidade: mais de 50% da população abaixo da linha da pobreza, com metade desta em condições de indigência.

Oriundo de uma família suíça radicada na Patagônia, Kirchner desde jovem militara no peronismo, tanto em sua cidade natal quanto em La Plata. Advoca-

<sup>4</sup> A regra eleitoral na Argentina determina que se nenhum candidato alcançar 45% dos votos considerados válidos, os dois mais votados devem disputar um segundo turno.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cNmb7QthAkk>>. Acesso em: dez. 2015.

<sup>6</sup> O que ficou evidente em 1994, quando se elegeu membro da Assembleia Constituinte incumbida de reformar a Constituição a fim de permitir a reeleição de Menem no ano seguinte, e que repassava para as províncias a soberania integral das riquezas minerais, medida recebida festivamente pelas grandes empresas petrolíferas, que poderiam, a partir de então, negociar sem atravessadores com os débeis e corruptos governos provinciais, longe da grande mídia e livres para imporem suas condições. O mesmo ocorreu com a privatização da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), que teve em Kirchner (à época governador de Santa Cruz) um importante apoio, assim como em outras políticas com o carimbo do Consenso de Washington.

gado formado no ano de instauração do *Proceso*<sup>7</sup> (1976), exerceu a profissão durante todo o período e atuou vigorosamente – junto a Cristina Fernández de Kirchner, sua esposa e com quem amealhou uma robusta fortuna – nas frentes antirregime. Eleito governador da província petrolífera de Santa Cruz (tendo sido intendente entre 1987 e 1991) em 1991, 1995 e 1999, apoiou o menemismo e depois rompeu com ele. Uma Argentina destruída e um presidente imprevisto (adjetivo muitas vezes confundido com “marginal” de maneira equivocada): estas são as fotografias mais precisas da chegada do “pingüino” à presidência, mesmo ano em que, no Brasil, Lula da Silva iniciava seus oito anos no Palácio do Planalto.

Neste período, dentro do peronismo e em linhas gerais, temos dois grandes processos vinculados dialeticamente entre si: (i) uma reconfiguração do PJ sob a liderança de Kirchner, num processo que Arzadun chama de “*colonización del PJ*” (2013, p. 57), objetivo estratégico da linha política implementada por Néstor desde 2003; (ii) uma reconfiguração do próprio peronismo, com novos/velhos sentidos/práticas hibridizados em torno do “bonapartismo periférico” (Secco, 2012)<sup>8</sup> kirchnerista. Galasso (2011a, p. 68), reivindicando a contribuição de Hernández Arregui, afirma que o peronismo representaria um “*bonapartismo distinto, popular*”. De uma forma sintética, podemos dizer que Kirchner e sua insígnia “K” (que assumiria o lugar de signo deste novo campo da política argentina) buscaram paulatinamente se afastar de peronismos como os de Menem/Duhalde, almejando ampliar sua base de sustentação dirigindo-se aos movimentos sociais e setores populares de outras organizações partidárias e também às frações distintas do empresariado. Reconstruir a frente policlassista, a “comunidade organizada” de Perón, alicerce político-ideológico do peronismo, era para o K a batalha mais importante para dentro e para fora do PJ:

[...] el justicialismo, aliado durante la última década a los sectores neoconservadores liberales [...]. Toda la vida milité en el peronismo, siempre soñé con cambiarlo pero sé que hay un aparato muy grande, hay mucha plata, clientelismo, les importan poco las propuestas, los proyectos. Hoy en día el peronismo dejó de representar a los que re-

<sup>7</sup> O *Proceso de Reorganización Nacional* foi como se autodenominou o último regime civil-militar (1976-1983) argentino, o mais violento da América Latina junto ao Chile de Pinochet (1973-1990). Na história argentina, a chamada “*Organización Nacional*” corresponde ao período compreendido entre a derrota do regime de Rosas (1852) e a chegada ao poder da *Generación del 80*, elite que governaria o país durante a denominada República Conservadora (1880-1916), tendo como presidentes nomes como Urquiza, Mitre, Sarmiento e Avellaneda. De acordo com Gorini (2006, p. 37), “fue precisamente en esa época en que, para mayor similitud, se produjo la enorme matanza de los pueblos originarios de la Patagonia. Y así, más allá de estimables diferencias, es posible afirmar que ambos momentos [Proceso de Reorganización e Organización Nacional] intentaron y lograron consolidar un sistema y que ambos sistemas tuvieron su acta de nacimiento en un genocidio”.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2012/06/15/o-bonapartismo-periferico/>>. Acesso em: dez. 2015.

presentaba, los usa. Hay mafias internas, aprietan a los clubes en la provincia de Buenos Aires para que no me alquilen para hacer actos. Ya no hay cuadros militantes: tienen gerentes y clientes. [...] una inmensa confederación de partidos provinciales con liderazgos territoriales muy definidos [...] La falta de discusión interna quedó patentizada cuando el gobierno de De la Rúa se derrumbó y el peronismo debió hacerse cargo del gobierno. Lo único que había en el justicialismo era la unidad jurídica, porque en su seno tenía corrientes abiertamente contradictorias, excluyentes, diría [...] un partido vaciado de contenido, sin ideas (Kirchner *apud* Sidicaro, 2010, p. 252).

### O fenômeno K

O diagnóstico preciso de Kirchner a respeito da(s) metamorfose(s) do peronismo e de sua descaracterização enquanto alternativa política popular é capaz de indicar nitidamente o tamanho deste fenômeno político-social que, como definiu Feinmann (2012, p. 10), “es ‘más’ que todos los sujetos que han desarrollado su praxis en él”. É possível compreendermos o kirchnerismo como o peronismo de nossa época ou como um peronismo de novo tipo misturado com velhas práticas/sentidos e oriundo da crise orgânica de 2001-2002. O projeto “K” foi impedido a forjar um plano de salvamento da autoridade estatal, cuja crise se confundiu com a própria Crise de uma década e meia atrás: “no sólo el Estado no cumplía sus funciones, sino que los ciudadanos dejaron de creer en el Estado” (González García, 2007, p. 113). Nenhum outro país latino-americano teve que recomeçar do ponto de partida em que a Argentina o fez.

No processo de conformação de uma base política – a despeito de sua heterogeneidade<sup>9</sup> – que desse sustentação ao novo governo, Kirchner aproximou-se de distintos setores populares, desde *piqueteros* e *desocupados* até as *Madres de Plaza de Mayo*, movimento que jamais declarara apoio a nenhum mandatário da Casa Rosada e/ou projeto político *oficialista*. Agitando um país que há muito tempo caminhava de cabeça baixa, o kirchnerismo foi capaz de, em muito pouco tempo, conferir a si mesmo três alcunhas de extrema significação política e social, a despeito dos limites destas ações e de sua real profundidade: defensor incontestado dos Direitos Humanos; protagonista de uma integração regional com posicionamentos anti-Washington, antimonopólios, anti-FMI e Banco Mundial,

<sup>9</sup> Em relação aos setores médios, houve muita antipatia no início em relação ao ex-militante peronista dos anos 1970, para muitos um *outsider* despreparado para assumir o comando da nação (Galasso, 2011, p. 598). No que se refere às centrais sindicais – CGT (Confederación General del Trabajo) e CTA (Central de Trabajadores de la Argentina) –, o governo de Kirchner tentou inicialmente manter certo equilíbrio entre elas, obtendo gradativamente apoio de amplos setores da classe trabalhadora.



não sem contradições e problemas (passar da crítica discursiva à prática político-institucional), e inimigo número um dos grandes grupos midiáticos do país, notadamente o *Clarín*.

Antes de analisarmos de maneira mais cuidadosa cada uma destas empreitadas e de estabelecermos a necessária crítica pela esquerda do fenômeno K, tentando apontar seus limites, metamorfoses e sentidos, é importante afirmar: trata-se de ações que no Brasil, país das comemorações no/do Clube Militar em todo dia 31 de março, da colocação internacional do país como potência regional (com todos os ônus e bônus auferidos por tal “título”) e do terceiro maior grupo midiático do mundo, assumem uma feição bastante radical, tamanha a impossibilidade num horizonte próximo de mudanças (efetivas!) nos rumos destas três esferas (menos em relação à proximidade de Lula/Dilma com os governos “à esquerda” no continente): punição dos responsáveis diretos e indiretos pelo regime empresarial-militar de 1964, solidariedade regional e regulação midiática.

Dos três *fronts* citados anteriormente, talvez o mais difundido entre acadêmicos, militantes, entusiastas e até mesmo críticos do kirchnerismo seja o relativo à atuação dos governos de Néstor (2003-2007) e Cristina (2007-2015) na questão dos Direitos Humanos, ou mais especificamente, nos embates pela memória do *Proceso* a partir da ótica daqueles que o enfrentaram e que foram por ele mutilados. Raúl Alfonsín (1983-1989) foi o primeiro presidente a efetivamente começar tal empreitada, mas logo retrocedeu e cedeu às pressões das elites econômicas e dos próprios militares. Néstor, já no início de seu mandato, empreendeu esforços vários no tocante ao tema: removeu a cúpula do Exército e da Polícia Federal; desenvolveu uma política ativa no sentido de colocar fim à impunidade e a concretizar a famosa insígnia “*castigo a los culpables*”, anulando as cínicas leis de *Punto Final* (1986) e *Obediencia Debida* (1987)<sup>10</sup>; inaugurou o Museu da Memória da/na ESMA<sup>11</sup> (principal centro de tortura e detenção do regime); obrigou o chefe do Exército a retirar os quadros dos ditadores das paredes da Escola; exigiu uma autocrítica da Marinha (*Armada*); retomou os juízos dos repressores e disse ao mundo que os argentinos são todos *hijos y nietos* das *Madres de Plaza de Mayo* e das *Abuelas de Plaza de Mayo*. Mais que isso: Néstor colocou-se publicamente como um de seus filhos/netos.

<sup>10</sup> Promulgadas durante o governo de Alfonsín, as leis de *Punto Final* e *Obediencia Debida* representaram, na tensa correlação de forças do pós-ditadura, formas legais de não se imputar aos autores de crimes (assassinatos, torturas, desaparecimentos etc.) a culpa por seus atos. Enquanto a primeira colocava uma data limite (60 dias a partir de dezembro de 1986, incluídos os recessos de final e início de ano) para que pessoas vítimas do *Proceso* pudessem entrar com ações na Justiça, a segunda estabelecia que – a partir de concepções e regras militares – os atos cometidos por militares “subalternos”, que apenas cumpriam ordens ao praticarem tais ações de extermínio, deveriam ser desconsiderados. Tal lei criava níveis de responsabilidades nos “crimes oficiais”, defendendo que, sob ordens, muitos não tinham poder de decisão.

<sup>11</sup> Escola Superior de Mecânica da Armada.

Obviamente não tardou a acontecer a adoção do peronista de Rio Gallegos por aquelas mulheres que, há décadas, ansiavam por ações efetivas no campo da memória coletiva e individual. Exaltando as bandeiras históricas das *Madres*, Néstor ainda pediu perdão, num discurso oficial na ESMA<sup>12</sup>, afirmando, como governante, que o Estado argentino deve pedir perdão por ter sido um Estado terrorista contra o povo. Para Barros e Daín (2012, p. 18), os movimentos de DH integraram de forma pujante o protagonismo dos movimentos sociais nos processos de 2001-2002, assumindo por vezes a direção das movimentações. Kirchner soube entender e capitalizar isso. O apoio inédito de um dos mais significativos movimentos sociais do país, as *Madres de Plaza de Mayo*, independentes por mais de duas décadas, ao projeto kirchnerista provocou profundas cisões internas no Movimento, bem como mágoas, silêncios e muitas perguntas: qual seria o saldo desta mudança de rumos? O que queria o kirchnerismo ao se colocar como artífice dos sonhos daquelas mães e como seu privilegiado interlocutor político?

Ainda de acordo com Barros e Daín, estudiosos do kirchnerismo, este novo bloco histórico foi capaz de promover, concomitantemente, duas rupturas políticas de profundo simbolismo para o imaginário coletivo: com o menemismo (ainda que tardiamente) e com o *Proceso*. A luta contra a impunidade pode ser entendida como um elo que vincula estes dois rompimentos, dizem os autores, ampliando-se para outras frentes de combate, quais sejam, as lutas contra a desigualdade, a exclusão social, pela justiça, verdade e memória. Hebe de Bonafini, líder das *Madres de Plaza de Mayo*, e Estela de Carlotto, líder das *Abuelas de Plaza de Mayo*, declararam sua “simpatia” e depois seu apoio a Kirchner logo no início de seu mandato: “Kirchner no es como los demás. Ha empezado a hacer algunas cosas con las que todos estuvimos soñando desde hace mucho tiempo” (Bonafini *apud* Barros; Daín & Morales, 2012, p. 25). “El presidente Kirchner es un ignoto que está haciendo más de lo que prometió hacer” (Carlotto, *ibidem*). De uma forma sintética, podemos afirmar, sem problemas, que o kirchnerismo politizou a questão dos Direitos Humanos – obviamente, não sem aparelhamentos e sem conferir os rótulos de “verdadeiros” movimentos de DH (sugerindo que alguns são mais “autorizados” que outros) para alguns grupos –, promovendo/permitindo novos usos e sentidos ao tema.

No tocante à questão da integração latino-americana, da aproximação entre governos de caráter mais “progressista”, Kirchner desempenhou um papel central, assim como Lula e Chávez, sendo a IV Cúpula das Américas de 2005 (Mar del Plata) o momento mais simbólico desta nova configuração hegemônica regional, capitaneada pelos novos governos (autointitulados de “nova esquerda”) de fim dos anos 1990 e início da década seguinte. Na Cúpula, o intento estadunidense de

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yCvGJiCLg1s&feature=youtu.be>> . Acesso em: dez. 2015.



construção da ALCA (Área de Livre-Comércio das Américas), um “NAFTA do Sul”, fracassaria de forma concreta, com a materialização de uma política latino-americanista acentuada, onde Kirchner ocupou lugar de destaque, apoiando/fortalecendo o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e sendo decisivo na criação da UNASUL (União de Nações Sul-americanas). Projeto criado em 2004, a UNASUL visa construir um bloco que fortaleça as relações comerciais, culturais, políticas e sociais entre os doze países da América do Sul. Consolidado em 2007 e efetivamente fundado no ano seguinte, em Brasília, a organização teve Néstor como seu primeiro secretário-geral, de maio de 2010 até sua morte em outubro do mesmo ano.

Todavia, dentro dos aspectos paradoxais de sua política externa e de seus discursos de escala mais ampla – capazes de pronunciamentos extremamente radicais, “de esquerda” (muito mais verbais que substantivos), como o que dirigiu a Bush na Cúpula de 2004 ou como aqueles contra os grandes monopólios, as empresas privatizadas, os burocratas do FMI e do BM (que atraíram para si grande apreço por parte de amplos setores da Argentina) –, Kirchner manteve relações com o governo estadunidense do período classificado por Borón como “*subordinação consentida*” (2006-2007, p. 17), que mesmo sendo bem distinta da relação íntima de Menem com Washington, explicitou preocupantes elementos de continuidade:

[...] uma atitude de “fria e distante circunspeção” – dito deste modo para não confundir os diferentes matizes – em relação a Cuba; cautela na aproximação com Chávez, compartilhando com Lula o propósito de “domesticá-lo” (mesmo diante do hiper-ativismo e a habilidade política do líder bolivariano, e também das sólidas vinculações econômicas entre Argentina e Venezuela, que contribuem para desbaratar tal projeto); obediência ao império no episódio do envio de tropas (em lugar de médicos e professores, como fez Cuba) ao Haiti, alinhando a Argentina com o Brasil e o Chile numa política destinada ao fracasso, e que pressupõe a contínua repressão sobre o povo haitiano; cumplicidade silenciosa diante da carnificina executada por Israel no Líbano e na Palestina e, salvo em alguns temas econômicos pontuais, alinhamento flexível com as grandes linhas da política externa norte-americana (Borón, op. cit., pp. 17-18).

Em relação ao embate midiático na Argentina dos Kirchners, temos um conjunto de ações que objetivavam a democratização dos meios de comunicação do país, por meio do combate aos monopólios e da formulação, aprovação e cumprimento (de forma inédita na região e no país) de uma legislação que valoriza e protege a diversidade informativa e cultural, com marcos regulatórios

democraticamente discutidos e instituídos. Antes, em 2005, Néstor integrou o esforço, também pela primeira vez no continente, de criação da *Telesur*<sup>13</sup>, rede de televisão multiestatal com sede em Caracas e construída a partir da ação de Venezuela (com 51% das cotas), Cuba, Argentina, Uruguai, Equador, Nicarágua, e contando com intelectuais de prestígio em seu Conselho Assessor: Eduardo Galeano, Ignacio Ramonet, Atílio Borón, Adolfo Pérez Esquivel dentre outros (Moraes, 2009, pp. 126-127).

A *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* (LdSCA), *Ley 26.522*, ou popularmente conhecida como *Ley de Medios*, foi promulgada em outubro de 2009, em meio a uma profunda crise política<sup>14</sup>, pela presidente Cristina Kirchner, após duros embates com o maior grupo midiático do país e um dos maiores do continente<sup>15</sup>, o *Grupo Clarín*, maior beneficiado com o *Proceso* no campo das comunicações e que até 2009 demonstrara apoio ao K. Em seu artigo 161, a lei estabelece que cada grupo deve ter até 24 licenças de TV a cabo e 10 licenças de serviços abertos (TV aberta, rádios AM e FM). Com esta nova legislação, foi possível instalar 152 rádios em escolas de primeiro e segundo graus, 45 TVs e 53 rádios FM universitárias, além de criar o primeiro canal na TV aberta e 33 canais de rádio comprometidos com os povos originários e a eles vinculados: “O Clarín não poderá mais ter a posse de jornais, revistas e editora; emissoras de rádio; televisão aberta e de televisão por assinatura, serviço que abrange mais de 70% dos lares daquele país”<sup>16</sup>.

Os Kirchners absorviam, com a *Ley de Medios*, demandas importantes dos movimentos sociais, notadamente aqueles vinculados ao tema de democratização das comunicações, que num documento intitulado *21 puntos de la Iniciativa Ciudadana por una Ley de Radiodifusión para la Democracia*<sup>17</sup>, demarcaram posições e reivindicações importantes. Defendida pela direita argentina como uma *Ley Mordaza* (algo muito ouvido aqui no Brasil quando se fala de Venezuela, Cuba ou Argentina), a *Ley de Medios* deve ser entendida no contexto maior de

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.telesur.tv/index.html>>. Acesso em: dez. 2015.

<sup>14</sup> Em 2008 ocorreu a aprovação da polêmica *Resolución 125*, que aumentou os impostos e as regras de exportações de produtos agrícolas (grãos), provocando a ira massiva dos produtores rurais (notadamente a SRA: *Sociedad Rural Argentina*) e de seus porta-vozes da/na grande mídia, agravada pelo recrudescimento da inflação. No ano seguinte deu-se a maior derrota do kirchnerismo até então: as eleições legislativas de junho, que segundo algumas pesquisas de opinião indicavam um repúdio de quase 80% às figuras de Néstor e Cristina (Barros & Daín, 2012, p. 33).

<sup>15</sup> Junto à Globo (Brasil), Televisa (México) e Cisneros (Venezuela).

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-ley-de-medios-e-constitucional-3613.html>>. Acesso em: dez. 2015. O *Grupo Clarín*, que adquiriu a empresa *Papel Prensa* em 1978, foi judicialmente investigado na gestão dos K, por conta da criação e apropriação da empresa dedicada à produção de papel para jornais. O episódio acirrou ainda mais as tensões entre governo e o grupo de mídia (Barros & Daín, 2012, p. 40).

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.telam.com.ar/advf/imagenes/especiales/documentos/2012/11/509435587ec92.pdf>>. Acesso em: dez. 2015.

luta contra a impunidade, tocada por Néstor e por Cristina, tanto na frente dos Direitos Humanos quanto no tema dos meios de comunicações. Num país onde sete grupos de comunicação (*Clarín*, *Admira-Telefónica*, *América Multimedios*, *HMT&F*, *Hadad*, *Uno-Vila Manzano* e *La Nación*) controlavam ou tinham participação acionária em cerca de duzentos veículos, não são de pouca monta as transformações estimuladas pelo K, a despeito de seus vínculos com corporações de outras esferas.

### O kirchnerismo como insurreição-restauração

Os aspectos regressivos do kirchnerismo são discutidos por diferentes autores, sobretudo marxistas, atentos ao que de velho existe no novo e quais os limites das novidades trazidas pelo “governo sem partido” (que reduziu o protagonismo parlamentar) num “reino sem monarca”. Féliz e López (2012, p. 22) traduzem perfeitamente o que a crise orgânica neoliberal originou e/ou tornou possível: melhorou as condições materiais de vida dos setores populares, permitindo maior êxito em suas demandas/reivindicações, ao mesmo tempo em que garantiu para os setores dominantes (ou algumas de suas frações) a recuperação de seu potencial hegemônico tanto na economia quanto na política. Sidicaro (2010, pp. 258-259) enfatiza, em sua análise do K, a heterogeneidade dos apoios políticos, provenientes de indivíduos e agrupamentos cujas trajetórias, em muitos casos, eram antagônicas ao projeto kirchnerista. O dilatado campo político do K tendeu a não negar apoios (com exceção dos militares, da Igreja e dos grandes grupos de mídia), sobretudo em seu processo de gênese e de início, num contexto de perda da referência político-partidária, de incertezas e de repúdio geral (“*¡Que se vayan todos!*”). O caráter multifacetado dos respaldos do governo de Néstor (e depois de Cristina, eleita com 45%) provocou um *desconcierto* em seus opositores, que não podiam simplesmente rechaçar o projeto K, situação que o fortaleceu.

Peronistas tradicionais (sendo o apoio da Confederação de Partidos Justicialistas Provinciais<sup>18</sup> o mais importante), Radicais (os *radicales K*), movimentos de DH, empresários, corporações, *desocupados*, *piqueteros*, sindicalistas, sindicatos, *antimenemistas*, grupos de mídia, *Madres*, dentre outros. A soma de pedaços, segundo o pesquisador argentino, não conformou uma identidade política una; não foi capaz de originar um sujeito coletivo mobilizado por inúmeros

<sup>18</sup> Grupo que materializava o processo de colonização do PJ pelo K, com a nacionalização da condução partidária. Os apoios de alguns destes grupos através do sufrágio em âmbito nacional, a despeito da pouca densidade populacional das regiões que representavam, tinham um peso igual na composição do Senado. O modelo de governo de líder sem partido conformava um “toma lá dá cá”, em que os chefes da Confederação não interferiam nas questões nacionais e, em troca, as contribuições que recebiam eram mantidas ou “melhoradas” (Sidicaro, 2010, pp. 261-262).

fatores, dentre eles a ausência daquilo que amalgamou em Perón o lugar de *condottiere*: liderança carismática, integração social e mobilizações de massa. A ausência de um projeto político compartilhado, unificado, provocou embates, por exemplo, entre peronistas kirchneristas e radicais kirchneristas. O kirchnerismo não foi capaz de promover renovações políticas substantivas, o que pôde ser comprovado há pouco, quando da derrota do K – na figura de Daniel Scioli, da FpV – para o liberal conservador Mauricio Macri, do PRO (*Propuesta Republicana*), fundado em 2005.

Satisfeitos com as ações econômicas do governo Duhalde, o grande empresariado transferiu suas expectativas e apoios a Kirchner, que manteve Roberto Lavagna como ministro da economia, ainda que, no início do mandato, Néstor tivesse se mostrado pouco inclinado a negociar com as corporações empresariais, algo que não causou grandes tensões: as incertezas de setores do empresariado eram menores que a certeza da manutenção dos efeitos favoráveis para os grandes interesses oriundos do ciclo de crescimento econômico surgido a partir do ajuste de 2002. Kirchner soube se colocar como amortecedor da relação capital-trabalho, das tensões entre o empresariado e os trabalhadores. A necessidade de obter o máximo de apoios possível, num contexto de saída do caos, e de garantir para os sindicatos e para os setores populares o atendimento de demandas salariais fez com que a relação K-empresários caminhasse muito mais no sentido do entendimento que do dissenso.

No velho estilo peronista, Néstor referia-se então aos empresários como trabalhadores, assim como os assalariados. Houve uma forte intenção do governo em separar o “joio” dos ideólogos neoliberais ortodoxos do “trigo” dos “verdadeiros empresários”. Em poucas palavras, era fundamental para o K estimular um capitalismo nacional através não apenas do discurso, mas também de créditos públicos desejados ardorosamente pelo setor patronal. A criação de um “*capitalismo de amigos*”, como afirma Sidicaro (*ibidem*, p. 265), não tardou a provocar críticas ao governo. A combinação entre o fomento governamental à incorporação de capitais nacionais em empresas sob controle de firmas estrangeiras, assim como as políticas de incentivos a determinados serviços ou produções, foi atacada por seus críticos. Contudo, não se pode negar que com a recuperação econômica do período teve início um ciclo de melhora dos salários reais.

Em relação ao setor agrário, pelo menos até a Resolução 125 de 2008, houve uma relação harmônica, sobretudo devido à expansão da produção agrícola (com destaque para a soja), fundamental para o crescimento da economia e para o conseqüente aumento dos recursos públicos. O fim da convertibilidade do período Menem também permitiu às atividades agrárias grandes margens de lucro. Por sua vez, os sindicatos, que na época de Perón exerciam forte protagonismo, no período K – a bem da verdade, desde o menemismo – apresentaram-se com menos força, a despeito da recuperação de uma certa presença na cena pública.

Tanto os sindicatos mais próximos do kirchnerismo quanto aqueles do espectro mais crítico não desempenharam um papel de preponderância nas principais decisões em termos de políticas públicas, como o fizeram em presidências peronistas anteriores. A moderação do sindicalismo mais próximo do K deve-se à sua dupla vinculação, tanto à direção corporativa quanto à classe política (almejando cargos no aparato de governo), algo que vimos nas últimas décadas ocorrer no Brasil, sobretudo com a CUT.

Bonnet (2015, p. 65), no esforço de uma análise macro do kirchnerismo, defende que este fenômeno foi “*la insurrección como restauración*”, dialogando de certa maneira com o conceito de revolução passiva de Gramsci (ainda que não o cite): revolução passiva como revolução-restauração. Revolução passiva representa categoria consagrada, porém não criada pelo filósofo da Sardenha, que se notabilizou dentro e fora do marxismo por ter ampliado significativamente conceitos importantes e polissêmicos, como Estado, intelectual, partido e revolução passiva, este presente em três autores estudados por ele: Vincenzo Cuoco (quem mais o inspirou), Edgar Quinet e Lênin. “Revolução passiva” (Cuoco), “revolução-restauração” (Quinet) e “via prussiana” (Lênin) representam as referências fundamentais de Gramsci na elaboração de seu conceito próprio de “revolução pelo alto”, que nos *Cadernos* aparece também como “revolução sem revolução”. Gramsci e seu historicismo radical encontrará nessa categoria uma poderosa ferramenta analítica para tratar de distintos processos históricos na/da Europa, com destaque para a França (Revolução de 1789) e a Itália (*Risorgimento*):

O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino. (Gramsci, 2002a, pp. 209-210). Sobre a revolução passiva. Protagonistas os “fatos”, por assim dizer, e não os “homens individuais”. Como, sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta, mas incoercível, as forças oficiais, que, elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase (*ibidem*, p. 328).

Maristela Svampa (2013a) trabalha de forma direta com tal categoria, ajudando-nos no processo de caracterização do K a partir da contribuição do materialismo histórico-dialético. O kirchnerismo, como já dissemos, não pode ser compreendido sem se levar em conta os processos de 2001, que tiveram nas palavras de ordem “*que se vayan todos*” e no termo histórico-sociológico “insurrección” um rótulo político bastante difundido. Foi a primeira vez na história argentina

que uma mobilização de massas derrubou um governo democraticamente eleito, em meio a uma feroz repressão que resultou em trinta e três vítimas fatais, a maioria na capital. A insurreição – heterogênea, complexa, plural – também sepultou a convertibilidade e a hegemonia política que o neoliberalismo tinha conseguido construir, além de ter sido a resistência contra os ajustes: “la insurrección implicó, en este sentido, una profunda ruptura del orden político” (*ibidem*, p. 66). Em meio às novas formas de organização que eram gestadas antes, durante e depois de 2011 (ensaios populares *desde abajo*), nascia o kirchnerismo em meio ao vácuo político e ao desgaste daqueles que encarnavam a velha política, conseguindo manejar tanto demandas e bandeiras insurreccionais quanto da ordem, da restauração. Numa consideração explícita sobre o K como insurreição-restauração pontua Bonnet:

Desde la perspectiva de los insurrectos, en cambio, el kirchnerismo entero no representaría sino la restauración del orden. Y este carácter restaurador se verificaría tanto en su origen como en su posterior trayectoria. Respecto de su origen, y a pesar de la retórica refundacionista de sus apologetas, recordemos que el kirchnerismo no constituyó un emergente de la insurrección, sino una respuesta restauradora proveniente del propio orden establecido (*ibidem*, p. 68).

O kirchnerismo foi capaz de promover/concretizar saídas econômicas, tais como: fim da convertibilidade, com a desvalorização do peso; recuperação da rentabilidade dos setores produtivos do capital ao reforçar a competitividade dos capitais voltados à exportação (gerando um robusto superávit primário) e proteção daqueles menos competitivos voltados para o mercado interno; aplicação de *retenciones* (impostos) combinadas com impostos sobre o consumo que geravam superávit fiscal e reservas de divisas; renegociação e contenção real das tarifas dos serviços públicos e dos preços de energia e combustíveis; recuperação gradativa do peso e incentivos ao setor privado; reestruturação/renegociação da dívida externa, modificando as relações do país com os mercados e com os organismos financeiros internacionais; saneamento e relegitimação de instituições como a Corte Suprema e as Forças Armadas, dentre outras. Todavia, a despeito do que o próprio governo afirmava de si, não se construía a partir destas medidas um novo modelo de governo, mas sim ações impostas pelas circunstâncias, adotadas pelo governo provisório de Duhalde em 2002 e retomadas por Néstor Kirchner a partir de 2003, objetivando a restauração da ordem econômica, política e social.

Houve, de uma forma geral, um relaxamento da disciplina de mercado, com uma moeda menos atada ao dólar, preços domésticos menos vinculados aos internacionais, juros menos ligados aos mercados financeiros de fora, salários e



ganhos menos presos às condições de exploração vigentes nos processos de produção. Esta recomposição da acumulação lançou bases materiais para a muito mais lenta e complexa recomposição da dominação. A insurreição como restauração parece efetivamente ser uma leitura acurada do K. A passagem do êxito econômico ao fracasso tem a partir dos anos de 2007-2008 uma datação precisa: no final do governo de Néstor e início do governo de Cristina, tais medidas começaram a colocar em evidência suas limitações, sendo substituídas por outras que acabariam sendo menos exitosas. Inflação, maquiagem dos índices inflacionários, controle de preços, desvalorizações, tendência à redução do superávit comercial, imposição de entraves às importações, retorno do déficit fiscal, escândalos de corrupção etc. A restauração não manteve respeito pela insurreição, uma vez que é sua forma de existência negada; insurreição que esteve na gênese da restauração pelo alto e seguiu tendo vida dentro dela, mas que foi sendo minada à medida que as medidas de exceção foram paulatinamente se generalizando como regra. Num contexto de profunda implosão do neoliberalismo ortodoxo, era necessário, para os grupos hegemônicos do/no país, um governo que pudesse recompor a acumulação/dominação, afrouxando a disciplina do mercado e liberando alguns “anéis” econômicos (sobretudo para os desempregados e para os trabalhadores em luta) de seus dedos, num momento de recuo estratégico do grande capital, que saía do ato, mas não do espetáculo.

Como uma etapa de continuidades e rupturas: o kirchnerismo soube articular de forma sensível mudança e permanência, deixando inalterados os núcleos hegemônicos do capital, promovendo rupturas muito mais na forma que no conteúdo, muito mais discursivamente que praticamente. Casas (2014, p. 40) salienta que Néstor soube ler de maneira correta a correlação de forças que estava posta no início da década passada, propondo-se a reconstruir a governabilidade sem deixar de atender, de maneira focada, demandas importantes dos setores populares (a questão dos Direitos Humanos, por exemplo). Néstor foi capaz de utilizar o imaginário e as utopias “*setentistas*” ao mesmo tempo em que as banalizava, vinculando-as a um projeto de refundação da nação, assumindo como horizonte político-econômico-social a ideia de um “*capitalismo ‘serio’ o ‘normal’*”, ou ainda “*inteligente*” (Borón, 2006-2007, p. 20), sem reformas estruturais e mudanças sociais profundas. Assim como se deu no Brasil do “lulismo<sup>19</sup>/petismo” (2003-2012), estava nítido já na *Frente para la Victoria*, que alçou Néstor à Casa Rosada, o *slogan* do “mal menor” e da “política do possível” (Casas, 2014, p. 43; Del Pozo, 2014, p. 61), ou, em outras palavras, a explicitação categórica de que as questões de fundo do país não poderiam ser resolvidas uma vez que o que estava em jogo era a recuperação/refundação da nação.

<sup>19</sup> Preferimos o termo “lulismo”, a partir das contribuições basilares de Braga (2012) e Singer (2012), sendo que este último diferencia lulismo de “petismo” (2009, p. 96).

O K soube se impor – na tensa e complexa trama dos eventos de 2001 assim como nos anos subsequentes – como a única estratégia estatal capaz de tocar a recomposição da governabilidade capitalista, justificando-se como menos selvagem que outros modelos: um capitalismo progressista protagonizado por um governo progressista. Para Del Pozo (*ibidem*, p. 61), o kirchnerismo representou continuidade e aprofundamento de um modelo econômico extrativista que teve início na década de 1990 (expansão da soja, megamineração, exploração petrolífera, avanço dos transgênicos), bem como do consumo. As reservas oriundas destas atividades permitiram, dentre outras ações, sustentar as políticas clientelistas e de subsídios como estratégia para a desarticulação de espaços autônomos de luta social. Para a autora, a alcunha de “progressista” ou “menos pior” cai no terreno da ilusão e fantasmagoria, impondo uma lógica de sentido comum acrítico diante das análises do capital como dominação social. Svampa (2013a, p. 14), em sua caracterização do kirchnerismo, defende duas teses: que o K se constituiu em um “populismo das classes médias” e protagonizou um processo de revolução passiva. A autora argentina situa historicamente o K não apenas no marco de um novo ciclo econômico global, concentrado no crescimento pujante dos preços das matérias-primas, mas também no processo de transição do Consenso de Washington para o que ela chama de “Consenso das Commodities”<sup>20</sup>.

Como fio articulador do kirchnerismo ela destaca três pontos: a combinação entre continuidades e rupturas; os duplos discursos e as ambivalências. Dentro do PJ, os movimentos de renovação e de afastamento da velha estrutura do partido duraram até 2005, com o K fechando alianças com setores mais conservadores. Forjando um discurso do “eu/nós” contra “eles”, onde de um lado estaria um bloco supostamente popular (o K) e do outro setores de poderes concentrados (monopólios, corporações, antiperonistas), a intelectual defende que, em termos econômicos, longe de a Argentina kirchnerista ser dona de uma indústria rediviva (visão compartilhada por industriais e sindicalistas), estava em verdade assentada no agronegócio, na precariedade das relações/condições de trabalho, na expropriação territorial/ambiental, na manutenção e até aprofundamento dos vínculos com as corporações transnacionais (como Monsanto e Barrick Gold). O modelo de acumulação então vigente tem pés fincados no avanço da megamineração, na expansão do agronegócio e na concentração fundiária.

### **Epílogo ou sobrevida? A crise do K num balanço crítico**

Como explicações plausíveis para a erosão da imagem triunfante e unificadora do kirchnerismo podemos citar: (i) tentação “hegemonista” e o processo de

<sup>20</sup> Conceito melhor trabalhado em outro texto da autora intitulado “*Consenso de los Commodities' y lenguajes de valoración en América Latina*” (2013). Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>>. Acesso em: dez. 2015.

fetichização do Estado (sobretudo devido ao massivo apoio eleitoral a Cristina em 2007 e à concepção peronista da autossuficiência em dar conta dos interesses populares); (ii) a piora da situação econômica (inflação, desemprego, precarização do trabalho etc.); (iii) o aprofundamento visível das alianças com as grandes corporações (agronegócio, mineração, petróleo, transportes). Como dissemos, a partir de 2008-2009 há um claro arrefecimento do kirchnerismo e uma crescente insatisfação de inúmeros setores sociais, notadamente as camadas médias (algo semelhante ao que se dá no Brasil a partir do final do primeiro governo de Dilma Rousseff), porta-vozes de insossos discursos republicanos alicerçados na crítica da corrupção e do autoritarismo. Tais embates se intensificaram exatamente num contexto de maior aproximação do K com as classes médias e de rupturas/desgastes com sua base sindical<sup>21</sup>.

Para além do progressismo, o modelo kirchnerista foi profundamente peronista, articulando audácia política e uma herança organizacional tradicional, explicitando uma visão pragmática da transformação social (alicerçado, por exemplo, no possibilismo parlamentar e no corporativismo sindical) e da construção hegemônica, ancorada na participação social tutelada pelo Estado através da figura amalgamadora do líder. Ao contrário do que ocorreu na Bolívia (Morales), na Venezuela (Chávez) e no Equador (Correa), o K não estimulou na base social processos de matiz verdadeiramente participativo e popular, conformando-se, como dissemos, um populismo das classes médias (autodenominadas progressistas) e não um “populismo das classes populares”<sup>22</sup>. Em outras palavras, o kirchnerismo foi capaz de empoderar os subalternos via consumo e políticas focais em detrimento do empoderamento político, orgânico. Todavia, isto não significa que não tenha havido protagonismo dos subalternos nestas dinâmicas sociais: houve um protagonismo limitado, precário, vigiado.

Tendo como núcleo duro o que Svampa (2013a, p. 14) chama de “*Consenso de Commodities*”, o K, ao mesmo tempo em que fez avançar questões importantes como as do campo dos Direitos Humanos e das comunicações, reforçou sob novas-velhas morfologias o avanço da espoliação vinculada ao extrativismo (agronegócio, mineração, petróleo, megaempreendimentos turísticos etc.), expropriando terras, bens, territórios e direitos, agora não mais tanto dos *desocupados*, mas sobretudo dos povos originários argentinos e dos camponeses.

<sup>21</sup> O rompimento com Hugo Moyano, da tradicionalmente peronista CGT, cada vez menos composta por dissidentes, talvez seja o maior símbolo deste processo.

<sup>22</sup> Sob a bandeira do antineoliberalismo, diz Borón (2006-2007, p. 13), triunfaram Lula, Kirchner, Bachelet, Vázquez e outros governos latino-americanos do/no início dos anos 2000, “em que pese o fato de nenhum deles ter demonstrado, uma vez eleitos, a intenção de colocar em prática o que haviam prometido em suas respectivas campanhas eleitorais. Com essa mesma bandeira também triunfaram Chávez, Evo Morales e Correa, mas com uma pequena diferença: estão cumprindo com o prometido”.

Ainda que a gestão dos Kirchners não tenha se limitado, em relação aos aspectos positivos, ao plano retórico, promovendo ações concretas que devem ser citadas (conforme fizemos anteriormente), no campo da economia foram tímidos demais os ganhos para a grande maioria da população, com a dívida social acumulada da democracia argentina continuando a ser de extrema gravidade. Borón (2006-2007, p. 19) é contundente ao afirmar, em relação ao tema do neoliberalismo na Argentina, que “nada autoriza supor que na agenda governamental de Kirchner figure a ruptura com o neoliberalismo”. Ainda que fale apenas do governo de Néstor (e o texto é do final de seu mandato), as considerações do pensador marxista são importantes para aquilo que defendemos em nossa tese de doutorado (Rebuá, 2015) sobre as universidades populares de *Madres de Plaza de Mayo* e MST, ao analisarmos tanto o lulismo quanto o kirchnerismo: não se trata de governos pós-neoliberais, mas de novas configurações hegemônicas que hibridizam neoliberalismo com políticas sociais, neodesenvolvimentismo com transformismos moleculares<sup>23</sup>, transformações do Estado pelo alto com fortes doses de dor na consciência, modernização econômica e precariedade no/do mundo do trabalho<sup>24</sup>. Sobre o capitalismo com características humanas implementado no país dos Kirchners, sentencia o marxista argentino:

[...] o capitalismo que não seria sério, isto é, aquele “risonho”, “irresponsável”, “dos amigos” (crony capitalism), transnacionalizado e torpe, em vez de inteligente, produziu esplêndidos resultados para os capitalistas, com taxas exorbitantes de lucros e a garantia de privilégios extraordinários que nenhum burguês “sério” consideraria abandonar, por mais que o presidente aconselhasse. Como convencer os dez por cento mais ricos da Argentina – e cujos proventos em 2003 foram 53 vezes superiores em relação aos dez por cento mais pobres – que é urgente e necessário tornar o capitalismo mais “sério”, para evitar semelhantes injustiças? O mais provável é que a pessoa em questão considere “pouco séria” a preocupação presidencial com a “seriedade” de um capitalismo que produz tão magníficos resultados (Borón, 2006-2007, p.20).

<sup>23</sup> Em Gramsci, dois dos efeitos mais importantes dos processos de revolução passiva são, de acordo com Coutinho (2007, p. 203): (i) o fortalecimento do Estado (sociedade política *stricto sensu*)/ enfraquecimento da sociedade civil e (ii) o transformismo. O transformismo é definido por Gramsci como a criação de uma classe dirigente “cada vez mais ampla (...), com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários” (Gramsci, 2002, p. 63).

<sup>24</sup> A manutenção de Roberto Lavagna no Ministério da Economia (que já exercia a função no governo de Duhalde) e aqui no Brasil a indicação do tucano Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central (cargo que exerceria de 2003 a 2011), bem como a do “*Chicago Boy*” Joaquim Levy para a Fazenda já no segundo governo de Dilma Roussef, são exemplos bem didáticos da permanência de fortes elementos/representantes do neoliberalismo nos dois países, nos governos dos Kirchners e do PT, respectivamente.

Sobre os “ganhadores” e “perdedores” das políticas econômicas do K, tivemos os mesmos dos governos de Menem e da *Alianza*<sup>25</sup>: no primeiro grupo as empresas privatizadas, os oligopólios estrangeiros e os setores mais concentrados do capital nacional; no segundo grupo, os trabalhadores, a classe média empobrecida, o precariado<sup>26</sup> (fração proletária precarizada em condições sociais capitalistas periféricas).

Entendemos que o kirchnerismo é sim um processo de revolução passiva – sobretudo por seu manejo e satisfação do par transformação-restauração ou conservação (reação das elites à subversão inorgânica das massas)/inovação (incorporação de parte das reivindicações dos subalternos) –, assim como pela forja de transformismos moleculares em distintos níveis e do aparelhamento do Estado (resultante dos processos de revolução passiva) e da burocracia sindical. No caso do kirchnerismo, é possível entendermos o próprio peronismo como um longo e complexo processo de revolução passiva, capaz de modernizar o Estado argentino com baixos índices (sobretudo com a condução de Perón no primeiro peronismo, de 1946 a 1955) de tensão entre capital e trabalho e garantindo à massa proletária ganhos robustos em termos de demandas econômico-corporativas, além de permitir a construção de um bloco histórico poucas vezes visto na América Latina. Concordamos, a partir de Braga (2012, p. 24), que, na Argentina dos Kirchners, vitórias políticas, intelectuais e morais dos subalternos fortaleceram dialeticamente as relações sociais de exploração em benefício dos de cima<sup>27</sup>.

Valendo-nos novamente de Braga (2010, p. 11), afirmamos que o kirchnerismo também compreende uma dialética multifacetada e tensa que estabelece um reformismo pelo alto que é ao mesmo tempo conservador (praticamente não modifica a estrutura de classes) e progressista, abrindo caminhos para novas mudanças, progressistas ou regressivas. Segundo Svampa (2013a, p. 16), a categoria de revolução passiva serve para ler de forma mais acurada a tensão entre transformações e restaurações em períodos de transição, que “desemboca finalmente em la reconstitución de las relaciones sociales en un orden de dominación jerárquico”. Mudança/conservação; progressismo de corte nacional-popular/aspirações

<sup>25</sup> Aliança criada em 1997 entre a União Cívica Radical (UCR), uma das mais tradicionais forças políticas do país, e a chamada FREPASO (*Frente País Solidário*), confederação integrada por distintos partidos. Foi vitoriosa nas eleições presidenciais de 1999, colocando na Casa Rosada Fernando de la Rúa, presidente derrubado pelos eventos decorrentes da Crise de 2001.

<sup>26</sup> De acordo com Braga (2013, p. 1): “o precariado é o proletariado precarizado, ou seja, um grupo formado por trabalhadores que, pelo fato de não possuírem qualificações especiais, entram e saem muito rapidamente do mercado de trabalho. Além disso, devemos acrescentar os trabalhadores jovens à procura do primeiro emprego, indivíduos que estão na informalidade e desejam alcançar o emprego formal, e trabalhadores submetidos ao manejo predatório do trabalho. O precariado é composto por aquele setor da classe trabalhadora pressionado tanto pela intensificação da exploração econômica quanto pela ameaça da exclusão social”.

<sup>27</sup> Onde podemos citar novamente os avanços do K no campo da questão dos DH, do enfrentamento com alguns setores sociais/organismos internacionais/corporações e da mídia.

latinoamericanistas; espoliação/consumo são alguns dos pares apontados pela autora ao descrever o caráter híbrido do fenômeno K.

Foram as classes médias “progressistas”, portadoras de um discurso de ruptura e em aliança (como de costume) com os altos escalões do poder, as encarregadas da tarefa de recompor pelo alto a ordem dominante, neutralizando e cooptando demandas de grupos de baixo. Os limites desta estratégia de recomposição – ou, como pontuamos, esta reconfiguração hegemônica – estão postos na inversão entre o “volume” das políticas de corte progressista e a precarização/espoliação: estas últimas têm suplantado em muito as primeiras, indicando que as questões de fundo da sociedade argentina continuam adiadas, a despeito dos avanços pontuais em algumas áreas/dimensões da vida social.

Na análise que fizemos do kirchnerismo, falamos bem mais do período Néstor (2003-2007) que do período Cristina (2007-2015), pelo fato da bibliografia sobre o kirchnerismo ser muito mais extensa sobre o governo do primeiro que sobre o período CFK, principalmente por conta de o primeiro mandato kirchnerista ter sido capaz de implementar/iniciar as principais ações e restaurações/transformações do período. Ao mesmo tempo, outra explicação para a pouca presença do nome de CFK aqui é o fato de muitas análises teóricas tratarem do K sem distinguir os governos, abordando em bloco a década kirchnerista.

De uma forma panorâmica, podemos dizer que o primeiro governo de Cristina Kirchner foi possível graças à enorme popularidade auferida por seu marido, o que acabou conformando (principalmente a partir do próprio peronismo) um imaginário social que associava Néstor a Perón e Cristina a Evita<sup>28</sup>. Todavia, foi na gestão de CFK na Casa Rosada que o projeto K sofreu seus maiores reveses – por razões externas, como a Crise de 2008-2009, e internas, como a polêmica Resolução 125 –, com destaque para as eleições legislativas de 2009, primeira grande derrota do kirchnerismo após as vitórias de 2005 (derrotando o duhaldismo no pleito legislativo) e de 2007 (pleito presidencial). Por outro lado, se foi com Néstor que se deram os maiores embates contra os militares do *Proceso* e as principais ações de corte latinoamericanista, foi com Cristina que se efetivou a *Ley de Medios*, agravando os embates com o grupo *Clarín*. Com CFK ampliou-se o vínculo entre o governo e as *Madres de Plaza de Mayo*, como pode ser visto explicitamente na sede das *Madres*, onde foi pintado um painel com as mães históricas do movimento tendo Cristina no centro!

Foi no período da presidência de Cristina que ficaram mais nítidos os limites do kirchnerismo, com a ida às ruas não apenas de distintos setores populares (num contexto de crise econômica, tensão política e de recrudescimento das formas de espoliação), mas também dos representantes do sindicalismo,

<sup>28</sup> Em Buenos Aires é possível ver grafites, painéis e outras expressões imagéticas, em distintos lugares, construindo esta associação.



com inúmeros *paros* e ações massivas, assim como de setores médios, com seus *cacerolazos*. O kirchnerismo, nascido sob o signo da insurreição, foi se acomodando gradativamente às estruturas dominantes, perdendo legitimidade junto a diferentes grupos sociais, ancorando-se no mito de um capitalismo desenvolvimentista e soberano, sendo na prática um

Estado superavitario que renegoció la deuda externa con quites significativos y recuperó cierta capacidad redistributiva, aseguró al gran capital (predominantemente extranjerizado) y al sector financiero niveles de ganancia excepcionales, sin dejar de otorgar una serie de concesiones a los sectores populares. El desempleo y la miséria extrema retrocedieron, aunque las desigualdades e inequidades sociales no dejaron de aumentar (Casas, 2014, p. 41).

O ciclo virtuoso prometido pelo kirchnerismo teve, progressivamente, consequências cada vez mais danosas, antinacionais e antipopulares. Tal cenário intensificou-se nos governos de CFK, ainda que obviamente se tenha avançado em algumas questões/temas. Nos governos de Cristina, de uma maneira geral e sob a ótica dos subalternos, dos movimentos sociais, foram muitas as necessidades/demandas não atendidas e imensas as ações no sentido contrário daquilo que as classes populares exigem. Ajuste, inflação, desaceleração, desemprego, repressão, avanço do capital em diferentes âmbitos da vida econômica e social, sob discursos conformistas e desconectados do real, bem conhecidos no Brasil do lulismo – defender a busca do “mal menor” (Arantes, 2015, p. 2) ou a “política do possível” –, são alguns dos elementos do caldeirão político argentino do período pós-Néstor, onde a oposição conservadora ao K cresceu, mas sem a capacidade de forjar uma unidade robusta.

O mesmo se deu com as forças de esquerda, com extrema dificuldade de diálogo e com muitas divisões entre si, tendo sofrido investidas de desarticulação por parte do K, interessado na neutralização da rebeldia social em diversos momentos. As construções mais sólidas (da esquerda à direita), de uma maneira geral, dão-se na esfera provincial e não nacional. Como explica Arzadun (2013, p. 242), o campo opositor configurou-se, durante o período kirchnerista, mais como “meros fenómenos de opinión” do que como forças partidárias com grande representatividade e capilaridade. Todavia, sob o signo da imprevisibilidade das dinâmicas políticas, mais incisivas na Argentina do pós-Crise, e a partir do esgotamento do K em diversas frentes, tornou-se possível o fortalecimento de uma legenda sem expressão há uma década e que hoje foi capaz de colocar na Casa Rosada o primeiro presidente “independente” da história recente argentina: não é radical, não é peronista, não é militar. Além disso, é o primeiro presidente a se eleger sem a ajuda de grandes caciques da política nacional e a assumir seu lugar de membro e porta-voz do *business* (capitaneando a segunda economia da Amé-

rica do Sul, sendo ele mesmo um grande símbolo do empresariado no país), sob bandeiras e posturas conservadoras já antes da posse e não ao longo de seu mandato. Macri é o primeiro líder de centro-direita desde a volta da democracia. O ex-prefeito da capital e ex-presidente do Boca Juniors, clube de futebol mais popular da Argentina, logrou derrotar o K de forma contundente, expondo nas urnas os limites de um projeto que articulou mudanças e permanências por mais de uma década, sendo estas últimas muito mais visíveis quando do final de um ciclo de um pacto político-social.

O projeto K, que nasceu da insurreição e que flertou com rupturas, chegou ao governo de CFK mais fraco: mais “da Capital” que do interior; menos comprometido com os projetos populares; sem alternativas de base (de dentro do próprio kirchnerismo) para a sucessão (para além do *La Cámpora*<sup>29</sup>); envolto em uma série de ações e escândalos que às vezes se parecem com os dos anos 1990; comprometido com um modelo econômico extrativista e alicerçado no par consumo/precarização; adversário dos movimentos campestinos e dos povos originários, tendo engessado e limitado distintos sujeitos coletivos (notadamente as *Madres*), que internamente foram se metamorfoseando *paripassu* com os processos de revolução passiva tocados pelo kirchnerismo, numa nação que, se parece acertar as contas com o passado (sobretudo o *Proceso*), está longe de ser capaz de resolver os problemas estruturais e urgentes do/no presente.

Os próximos anos indicarão o caráter de ato final ou de ressurreição do projeto kirchnerista num país onde drama e política produziram tabelas paradigmáticas ao longo da história. O casamento entre o K e o peronismo tenderá ao desquite ou a uma nova etapa de um relacionamento que foi capaz de orientações progressistas-nacionalistas e ao mesmo tempo de restaurações/manutenções de velhas estruturas de poder? Se houve uma renovação do peronismo sob o projeto kirchnerista, também se deu uma metamorfose – complexa, imprevisível e sob fortes marcas de um processo de revolução passiva (modernização + conservação) – na base de sustentação do justicialismo, sobretudo na Capital, uma vez que se alicerçou muito mais nos setores médios, na juventude que nos setores *obrer*os organizados (e desorganizados). Como ficará a direção política e intelectual do peronismo, conduzida pelo K desde 2003, nestes anos de “macrismo” que se seguirão? Cristina Kirchner será capaz de manter sua liderança e sobreviver às dinâmicas internas do kirchnerismo – cuja vida pode depender, como na epígrafe de Borges, de sua própria morte – e às divisões dentro do peronismo (sobretudo nas próximas eleições legislativas)? Terá o *La Cámpora* força e destreza para não sucumbir ao “pós-kirchnerismo”?

<sup>29</sup> Agrupamento político peronista-kirchnerista fundado em 2006, o *La Cámpora* congrega sobretudo setores da juventude, tendo como principal liderança o filho do casal Kirchner, Máximo Kirchner, e como um de seus expoentes o jovem ex-ministro da economia argentina, Axel Kicillof. Mais informações em: <<http://www.lacampora.org/>>. Acesso em: dez. 2015.

Na imprevisível Argentina de nosso tempo, parece razoável sermos comedidos nas previsões e incisivos nos balanços sobre projetos, utopias e sentidos tecidos num país onde é impossível não se falar de política, mesmo quando se defende sua exclusão das esferas de poder, como afirmou o próprio Macri ao confessar recentemente que, para além dos revanchismos e das disputas, quer governar “sem a política”.

### Referências

- ARANTES, Paulo. “A fórmula mágica da paz social se esgotou”. In: *Correio da Cidadania*, 2015. Disponível em: <[http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=10949:manchete150715&catid=72:imagens-rolantes](http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10949:manchete150715&catid=72:imagens-rolantes)>. Acesso em: out. 2015.
- ARZADUN, Daniel. *Peronismo y kirchnerismo: guerra, muerte y resurrección*. Buenos Aires: Agebe, 2013.
- BARROS, Mercedes María; DAÍN, Andrés David. “El kirchnerismo y la desmesura de lo político”. In: BARROS, Mercedes María; DAÍN, Andrés David & MORALES, Maria Virginia. *Escritos K*. Villa María: Eduvim, 2012. pp. 15-46.
- BONNET, Alberto. “El kirchnerismo: un breve balance”, *Revista Herramienta*, Año XVIII, Nº 56, otoño de 2015. pp. 65-72.
- BORÓN, Atilio. “Néstor Kirchner e as desventuras da ‘centro-esquerda’ na Argentina”, *Revista Lutas Sociais*, nº 17/18, 2006-2007, pp. 9-22.
- BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco de & RIZEK, Cibele. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo: USP, 2012.
- \_\_\_\_\_. “A economia e seus impactos na população”. 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1407>>. Acesso em: abr. 2015.
- CASAS, Aldo. “Argentina: claves para interpretar un momento de cambios”, *Revista Herramienta*, Año XVII, Nº 54, otoño de 2014. pp. 37-47.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DEL POZO, Juana. “Sobre la década kirchnerista”, *Revista Herramienta*, Año XVII, Nº 54, otoño de 2014. pp. 59-62.
- FEINMANN, José Pablo. *Peronismo: filosofía política de una persistencia argentina*. Vol. 1. Buenos Aires: Planeta, 2012.
- FÉLIZ, Mariano & LÓPEZ, Emiliano. *Proyecto neodesarrollista en la Argentina: ¿Modelo nacional-popular o nueva etapa en el desarrollo capitalista?* Buenos Aires: Herramienta; El Colectivo, 2012.

- GALASSO, Norberto. *Historia de la Argentina: desde los pueblos originarios hasta El tiempo de los Kirchner*. Tomos I e II. Buenos Aires: Colihue, 2011.
- \_\_\_\_\_. *De Perón a Kirchner: apuntes sobre la historia del peronismo*. Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2011a.
- GONZÁLEZ GARCÍA, Ginés. “Conferencia de clausura”. In: *Segundo seminario internacional sobre modernización del Estado*. Buenos Aires: Jefatura de Gabinete de Ministros, 2007.
- GORINI, Ulises. *La rebelión de las Madres*. Historia de las Madres de Plaza de Mayo Tomo I (1979-1983). Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (vol. 5).
- MORAES, Denis de. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.
- MOYANO, Manuel. “Una década política: lo K y su historicidad”. In: BARROS, Mercedes María; DAÍN, Andrés David & MORALES, Maria Virginia. *Escritos K*. Villa María: Eduvim, 2012. pp. 175-193.
- REBUÁ, Eduardo. *Da praça ao solo: um novo chão para a universidade*. As experiências das universidades populares de Madres de Plaza de Mayo [UPM-PM] e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [ENFF] em tempos de crise neoliberal na América Latina [2000-2010]. Tese de Doutorado em Educação – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- SECCO, Lincoln. *O bonapartismo periférico*. 2012. Disponível em: <<http://blogda-boitempo.com.br/2012/06/15/o-bonapartismo-periferico/>>. Acesso em: mai. 2015.
- SIDICARO, Ricardo. *Los tres peronismos: Estado e poder económico: 1946-1955, 1973-1976, 1989-1999*. Buenos Aires: Siglo Vientiuno Editores, 2010.
- SINGER, André. “Raízes sociológicas e ideológicas do lulismo”, *Revista Novos Estudos – CEBRAP*, 2009. pp. 83-102.
- \_\_\_\_\_. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SVAMPA, Maristela. “‘Consenso de los commodities’ y lenguajes de valoración en América Latina”, *Nueva Sociedad*, nº 244, marzo-abril de 2013. Disponível em: <<http://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>>. Acesso em: mai. 2015.
- \_\_\_\_\_. “La década kirchnerista: populismo, clases medias y revolución passiva”, *LASA Forum*, Vol. XLIV, 2013a. pp. 14-16.

Recebido em 27 de janeiro de 2016

Aprovado em 6 de maio de 2016